



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

PRODUÇÃO ACADÊMICA E PROBLEMAS SOCIAIS DA INFÂNCIA: UMA ANÁLISE DE ARTIGOS DE PSICÓLOGOS(AS) SOBRE TRABALHO INFANTO-JUVENIL¹

Renata Lopes Costa Prado

Doutoranda pelo Instituto de Psicologia da USP

renatalopescostaprado@usp.br

A dimensão pública do conhecimento científico é constitutiva de sua própria identidade, como afirmam tantos pesquisadores. Um dos aspectos dessa dimensão corresponde à sua divulgação, que extrapola os muros da academia, podendo gerar impacto nas diversas instituições e arenas sociais. Nesse sentido, a produção acadêmica participa da constituição da agenda de políticas públicas, de seu encaminhamento, inclusive da construção e resolução de problemas sociais, ainda que, conforme afirma Bernadete Gatti (2001), os caminhos entre o que se produz nas instâncias acadêmicas e o que é formulado, por exemplo, como políticas públicas não sejam simples, imediatos, sem ruídos ou conflitos. O papel do conhecimento acadêmico não é (e não deve ser) o de determinar políticas – que são definidas a partir de negociações de interesses e pressões –, mas é importante que ele, por meio da instrumentalização de atores, se constitua como um dos fundamentos das negociações de políticas sociais (ROSEMBERG, 2001).

Neste contexto, no campo das políticas para a infância, um papel significativo cabe aos saberes da Psicologia na definição e legitimação de modelos padronizados de desenvolvimento infantil e de educação (MOLLO-BOUVIER, 2005). Tendo isto em vista e considerando também que o tratamento dado ao tema trabalho infanto-juvenil (TIJ) é exemplar para a melhor compreensão das relações de idade nas sociedades ocidentais contemporâneas, o estudo aqui apresentado analisou artigos acadêmicos de psicólogos(as) orientando-se pela seguinte pergunta: a construção da categoria trabalho infanto-juvenil enquanto problema social, tal como abordada em discursos proferidos pela Psicologia na

¹ Trabalho baseado na dissertação de mestrado da autora “O tema trabalho infanto-juvenil em artigos acadêmicos de psicólogos(as): uma interpretação ideológica”, defendida em 2009 no Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.



academia, pode ser interpretada como produção simbólica ideológica, ou seja, estaria sustentando relações de dominação (THOMPSON, 2002)?

O tema trabalho infanto-juvenil foi negligenciado no Brasil até praticamente o final dos anos 1980, quando foi alçado à condição de problema social da humanidade, uma perversão a ser erradicada. Entretanto, na contramão das posições dominantes sobre o tema, investigações antropológicas, sociológicas, históricas e da Psicologia Social indicam que nem todo trabalho é nocivo à criança e ao adolescente, não sendo, portanto, seus prejuízos inerentes ao trabalho, mas relacionados a outras condições de vida de crianças e adolescentes trabalhadores, como a pobreza, o tipo e a exploração do trabalho, bem como a hierarquização das relações etárias. Questionar simplificações e não problematização de discursos e campanhas contemporâneas pela erradicação de todo e qualquer trabalho realizado por crianças e adolescentes até determinada idade, não significa defender o TIJ, mas considerar a grande diversidade de trabalhos, contextos e sentidos atribuídos por crianças, adolescentes e seus familiares em relação a eles, o que torna inadequada a proposta universalista de resposta única – a erradicação – ao “problema social” do trabalho infanto-juvenil.

A abordagem aqui adotada focalizou a participação do discurso acadêmico de psicólogos(as) na construção do trabalho infanto-juvenil como problema social. Ou seja, parte-se do pressuposto de que a delimitação e definição dos problemas sociais não têm base apenas no âmbito “objetivo”: elas baseiam-se, também, no âmbito do simbólico e que entre esses dois planos, material e simbólico, pode não ocorrer convergência (HILGARTNER e BOSK, 1988; BEST, 2007; LAHIRE, 2005). O que significa dizer que algumas situações são socialmente percebidas como problemas sociais, outras poderiam ser assim concebidas, mas não o são, e o que as diferencia não é sempre e necessariamente a relevância ou o sofrimento a que elas remetem, mas a atenção que conseguem despertar na sociedade. Essa atenção, por sua vez, é resultado de negociações e competições entre atores sociais com possibilidades desiguais de participação nas arenas públicas, tais como: os partidos políticos, os governos, o poder judiciário, os conselhos de direitos, as empresas, os meios de comunicação, as igrejas, os sindicatos, os movimentos sociais, as agências multilaterais, a academia, entre outros.



O enfoque, aqui adotado, problematiza, então, a construção da agenda de políticas sociais. Isto é, problematiza o privilégio concedido a certos problemas e as formas em que eles vêm sendo definidos para mostrar que eles poderiam ter sido colocados de uma forma diferente ou, então, mostrar que poderiam ter sido preteridos em nome de outros. Como afirma Lahire (2005), toda desconstrução de um problema social contribui para fazer aparecer o que nos é imposto sem que nós saibamos. E não é precisamente essa uma das principais funções do conhecimento acadêmico?

Além dos estudos sobre construção de problemas sociais, o trabalho apoiou-se também em dois outros aportes: os estudos sociais sobre a infância (JAMES e PROUT, 1997; QVORTRUP, 2001) e a teoria de John B. Thompson (2002) sobre ideologia. O primeiro caracteriza-se, entre outros aspectos, por considerar crianças como atores sociais e geração como categoria estrutural da sociedade. O segundo aporte, em síntese, caracteriza-se por considerar ideologia como sentido a serviço da dominação.

A análise dos discursos dos artigos acadêmicos de psicólogos(as) sobre trabalho infanto-juvenil foi também iluminada pela análise do contexto sócio-histórico de produção, circulação e recepção de tais discursos. Isto é, foram considerados também as perspectivas do debate internacional sobre TIJ e os estudos que analisam a tematização do trabalho infanto-juvenil na mídia, na administração pública, nas estatísticas oficiais, nas organizações sociais e nas agências multilaterais, como brevemente sintetizam os dois tópicos a seguir: perspectivas sobre TIJ e trabalho infanto-juvenil como problema social brasileiro.

Perspectivas sobre trabalho infanto-juvenil

Myers (2001) oferece um panorama da discussão internacional, identificando quatro grandes perspectivas no debate sobre trabalho infanto-juvenil: a do mercado de trabalho; a do capital humano; a da responsabilidade social; e a centrada na criança. A perspectiva do mercado de trabalho tem como preocupação central o impacto negativo do TIJ no mercado de trabalho de adultos. Para os defensores dessa corrente, não há divergência entre o que é melhor para os adultos e o que é melhor para as crianças. Assim, por um lado, é visto como importante para os adultos que crianças não trabalhem para que não ocupem seus postos de



trabalho; por outro, não trabalhando, a criança teria sua infância protegida, uma vez que, para os defensores dessa corrente, a infância é um período incompatível com o trabalho. Daí, a expressão “criança sem infância” utilizada de forma recorrente para se referir às crianças trabalhadoras.

A corrente do capital humano focaliza o TIJ sob o ponto de vista do desenvolvimento econômico nacional, sendo visto como produto e produtor do subdesenvolvimento. Parece vir daí a noção do TIJ como parte de um “ciclo vicioso de pobreza”, que Rosemberg e Freitas (1999) identificaram, por exemplo, em documentos do Banco Mundial e do Governo Federal brasileiro. Sob a óptica do “ciclo vicioso”, a criança trabalhadora não teria infância e também não terá futuro. Para os defensores desta corrente, o trabalho infanto-juvenil é uma das (ou a) causas de produção e reprodução da desigualdade social e da pobreza.

A perspectiva da responsabilidade social, por sua vez, considera o “problema” TIJ à luz da iniquidade social, das relações de dominação e da “deterioração” de valores morais. Sua preocupação central é com a exclusão de grupos em desvantagem na participação das oportunidades e dos benefícios disponibilizados pela sociedade.

Por fim, a perspectiva centrada na criança tem como preocupação central a ênfase nos interesses de crianças e adolescentes. Seu pressuposto, em oposição aos da perspectiva do mercado de trabalho, é que os interesses de adultos e crianças nem sempre coincidem e que, sendo as relações de idade um dos eixos de dominação da sociedade contemporânea, diminuir desigualdades requer privilegiar os que historicamente têm tido pouca voz e pouco poder. Myers (2001) considera que o artigo 3º da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança (CDC), que trata do “interesse maior da criança”, é o “coração” dessa perspectiva. A CDC não enfatiza a redução da atividade econômica da criança e do adolescente; ela se preocupa com estratégias que os protejam de situações prejudiciais, um objetivo consideravelmente diferente. Essa orientação é também expressa no artigo 32, que trata do direito de a criança ser protegida de qualquer trabalho nocivo. É esta a perspectiva que orienta o presente trabalho.

Trabalho infanto-juvenil como problema social brasileiro



No Brasil, a participação da academia na construção da agenda do trabalho infanto-juvenil (TIJ) como problema social ocorreu mais tardiamente e com menor intensidade que a participação da administração pública e da mídia. Até a metade dos anos 1990, muito pouco havia sido abordado sobre o assunto na academia brasileira (BONAMINO *et al.*, 1993; MORAES, 2007). Moraes (2007), por exemplo, em sua análise acerca dos artigos brasileiros sobre o tema, verifica que suas datas de publicação concentram-se nos anos 2000. Este dado contrasta com o ápice de notícias sobre TIJ publicadas na mídia na década de 1990, conforme verificou Freitas (2004) em sua tese de doutorado, e também com o que encontramos, em pesquisa exaustiva, de documentos impressos de autoria do Governo Federal sobre o tema, que têm sua produção concentrada nos anos 1990 e 2000².

Um importante marco na visibilização do trabalho infanto-juvenil e na disseminação da visão abolicionista, ou seja, favorável a sua erradicação, nas diversas arenas pode ser identificado como o lançamento, no Brasil, do Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC), pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 1992. É dentro de seu escopo que estão abrigadas as principais estratégias da organização voltadas para o combate e a prevenção do trabalho infanto-juvenil.

O Programa estabelece parcerias com o poder público, com organizações patronais e da sociedade civil para a atuação em todo o território nacional. Suas estratégias envolvem *advocacy* junto aos governos, “campanhas de conscientização” e financiamentos de projetos e estudos, com recursos oriundos principalmente dos governos alemão e norte-americano. Assim, em conjunto com outros parceiros, a OIT afirma ter contribuído para a “retirada de mais de 800 000 crianças do trabalho nesses anos, tornando o Brasil referência mundial na redução do número absoluto de crianças exploradas no trabalho formal” (OIT, 2009).

Freitas (2004) verificou em sua análise sobre as matérias do jornal Folha de S. Paulo relacionadas ao TIJ que, diferente dos anos 1980, quando o discurso jornalístico se apresentava ora favorável, ora desfavorável ao trabalho realizado por crianças e adolescentes, nos anos 1990, a abordagem, em geral, é “abolicionista”, marcada pela influência da OIT e do

² Tal levantamento foi realizado entre 2007 e 2008. Foram identificados 243 documentos do Governo sobre TIJ, sendo quase 90% deles posteriores a 1990. Foram consultados os acervos de bibliotecas de diversos órgãos do Governo Federal, do Senado, de universidades e de organizações ligadas ao tema.



UNICEF. Segundo a autora, se, por um lado, é importante para as agências pautar o tema na mídia, divulgando a causa humanitária e conquistando adeptos, por outro, para os veículos de comunicação, dadas às pressões mercadológicas, esta é uma forma de “ganhar adeptos aos chamados humanitários que consomem notícias, que comprem jornais” (p. 208).

Com estímulo e apoio das multilaterais e das mídias, gradativamente, durante os anos 1990 e 2000, o Governo foi assumindo cada vez mais, a óptica de que o TIJ constitui um problema social a ser enfrentado, se não, erradicado. Hoje, estão envolvidos com essa temática: o Governo Federal, representado por, pelo menos, 14 ministérios; os governos estaduais e municipais; os conselhos e foruns nacionais, estaduais e municipais de direitos das crianças e dos adolescentes; os Conselhos Tutelares; o Ministério Público do Trabalho; a Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (CONAETI); o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI).

Outro marco fundamental para a configuração do trabalho infanto-juvenil como problema social brasileiro foi a alteração da conceituação de trabalho introduzida na Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílio (PNAD) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1992. Alguns textos publicados e referentes aos anos 1980 (RIBEIRO, 1988) destacaram as deficiências da PNAD para caracterizar o “trabalho do menor”. Considerava-se que a definição de população economicamente ativa (PEA), que estabelecia como limite inferior a idade de 10 anos, deixava de incluir crianças menores que trabalhavam. Além disso, o conceito de trabalho da PNAD, que prescrevia “certo grau de intensidade” – 15 horas semanais, pelo menos – “e sua ocorrência em período restrito de tempo” – a semana de referência – deixava de apreender “com exatidão” o trabalho de crianças e adolescentes, pois, “tais atividades se caracterizam por sua intermitência, pela ausência de vínculos de emprego e pela flexibilidade quanto aos tipos de serviços e tarefas realizados” (idem, p. 47).

Críticas à conceituação de trabalho também vinham sendo produzidas na OIT, que, a partir da realização da 13ª Conferência Internacional sobre Estatísticas do Trabalho, em 1982, passou a sugerir alterações na sistemática de coleta de dados. A OIT recomendava que a produção de bens para o autoconsumo fosse considerada como trabalho e “a noção de ‘algum trabalho’, definida como ‘uma hora de trabalho pelo menos’, para inclusão na PEA” (DEL GROSSI e SILVA, 2002, p. 12). Estas sugestões foram incorporadas pelo Departamento de



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Emprego e Rendimento do IBGE, posteriormente discutidas na III Conferência Nacional de Estatística de 1989 e, finalmente, incorporadas na PNAD 1992. Assim, se teria um sistema nacional de estatísticas do trabalho comparáveis com as estatísticas internacionais.

Outro motivo que pode ser atribuído a estas alterações na conceituação de trabalho é o levantado por Schneider (2005)

Há vários motivos que explicam esta mudança. O primeiro, pode estar relacionado às estatísticas sobre emprego e ocupação, produzidas pelo IBGE. Como se trata da instituição oficial do Estado, a mudança conceitual de 1992 pode ter sido introduzida (mesmo que não haja uma declaração formal a este respeito) como atenuante para os indicadores sobre o número crescente de desempregados no Brasil. Como se sabem, foi na década de 1990 que o desemprego alcançou cifras verdadeiramente impressionantes no País (p. 20).

Fato é que, a partir de 1992, a PNAD ampliou o período de tempo usado como referência e o tipo de atividade abarcado por sua conceituação de pessoa ocupada para captar trabalhadores envolvidos em atividades econômicas que, até então, não eram quantificados. Na atual conceituação, considera-se trabalho, por exemplo,

[...] ocupação sem remuneração na produção de bens e serviços, desenvolvida durante pelo menos uma hora na semana: em ajuda a membro da unidade domiciliar que tivesse trabalho como: empregado na produção de bens primários (que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal ou mineral, caça, pesca e piscicultura), conta-própria ou empregador; como aprendiz ou estagiário [...] (IBGE, 2007).

Tal conceituação, bastante ampla, permite considerar uma pessoa ocupada, isto é, economicamente ativa, se ela tiver trabalhado por “pelo menos uma hora na semana” mesmo que “este trabalho seja em atividades para o próprio consumo de membros da família ou na construção de edificações para uso próprio” (SCHNEIDER, 2005, p. 20). Isto acarretou incremento formidável na taxa de atividade de crianças e adolescentes, sustentando, de certa forma, a construção do problema social TIJ: “[...] é evidente que a utilização de um conceito tão amplo de trabalho e ocupação acaba captando quase tudo o que uma pessoa estiver realizando durante uma semana em seu domicílio” (idem), especialmente em meio rural, onde os limites entre ocupação e afazeres domésticos são tênues. Além dos possíveis vieses nas



estatísticas sobre a realidade do “trabalho infantil” brasileiro decorrentes das especificidades de algumas ocupações, a desatenção em relação às diferenças entre as faixas etárias da população considerada ocupada também tem gerado usos inadequados dos números das PNADs referentes às crianças e adolescentes trabalhadores.

Os números globais sobre trabalho infantil incluem situações onde adolescentes de 16 e 17 anos estão trabalhando adequadamente (com carteira assinada etc.), além dos aprendizes, que também estariam em uma situação que não demanda ações corretivas (Schwartzman e Schwartzman, 2004, p. 2).

Isso significa que, apesar de a literatura relacionada ao “trabalho infantil” frequentemente considerar que os dados oficiais subestimam a extensão do fenômeno (ROSEMBERG e FREITAS, 2002), as imagens de crianças desenvolvendo, por exemplo, extenuantes trabalhos em carvoarias veiculadas como se fosse o típico “trabalho infantil” por campanhas em defesa da erradicação do “problema”, são acompanhadas de números que apenas muito parcialmente podem se relacionar com tal conceito.

Outra informação sobre o contexto sócio-histórico da constituição do TIJ como problema social de especial interesse para o presente estudo refere-se a pista fornecida por Ferreira (2001) sobre a difusão da pauta do TIJ para a academia brasileira. Segundo o autor, no ano de 1996, o Governo Federal, em parceria com a OIT, o UNICEF, a Organização Pan-americana da Saúde, a CAPES e o CNPq promoveu, em Brasília, uma grande oficina de dois dias sobre “trabalho infantil”, contando com a participação dos mais importantes centros de pesquisas em Ciências Sociais e da Saúde³. Lançou-se, então, um edital que fomentou pesquisas, eventos e publicações sobre o tema.

Informações como estas, mostram como as diversas arenas influenciam-se mutuamente. O que passa a ser considerado importante na mídia, ou entre organizações sociais tem maior probabilidade de ser assim reconhecido também por governos ou pela academia, e vice-versa. É levando isto em conta que a análise dos discursos acadêmicos aqui enfocados foi desenvolvida.

³ Infelizmente, apesar das tentativas de contato com Ferreira (2001), com a OIT e com o CNPq, não foi possível o acesso a nenhum relatório do evento.



Método

No plano metodológico, buscou-se articular o método da hermenêutica de profundidade (THOMPSON, 2002), às técnicas da análise de conteúdo (BARDIN, 2002). A hermenêutica de profundidade (HP) é o método proposto por Thompson para orientar investigações que pretendem oferecer interpretações sobre o caráter ideológico de formas simbólicas. Ela é um referencial metodológico amplo que compreende três fases principais. A primeira fase é a análise sócio-histórica e tem como objetivo a reconstrução das condições sociais e históricas de produção, transmissão e recepção das formas simbólicas, neste caso, os artigos brasileiros sobre TIJ. A segunda fase consiste na análise formal, que se orienta para a identificação da organização interna das formas simbólicas, com suas características estruturais, os seus padrões e relações. Esta análise foi conduzida aqui por meio das técnicas da análise de conteúdo, tal como utilizadas por Bardin (2002). Finalmente, a fase de interpretação parte da análise formal para propor uma construção interpretativa do que é dito.

No plano dos procedimentos, duas grandes tarefas foram enfrentadas: delimitar e localizar o *corpus*; e estabelecer os procedimentos para a análise dos textos. Definiu-se como produção acadêmica a ser analisada aquela que atende aos seguintes critérios: constituir-se como artigo acadêmico, ter sido publicada por uma revista brasileira (impressa ou eletrônica), dizer respeito ao TIJ no contexto brasileiro, ter, pelo menos, um dos autores da área da psicologia e ter sido publicada entre 1985 e 2007.

A opção por artigos, e não por outros materiais que também pudessem representar a produção acadêmica, se deu dado o alto grau de controle da comunidade acadêmica e sua adequação ao tempo disponível para a realização da pesquisa associado à busca de diversidade (CALAZANS, 2000). Além disso, do ponto de vista do acesso, eles são documentos de domínio público, ou seja, documentos que “eticamente estão abertos para a análise por pertencerem ao espaço público, por terem sido tornados públicos de uma forma que permite a responsabilização” (SPINK, 1999, p. 136).

Para localizar os artigos, foram consultadas as seguintes bases de dados: BVSPsi; DataÍndice (IUPERJ); DEDALUS; IndexPsi; SciELO; e INEP. Os descritores utilizados foram: trabalho infantil, trabalho infanto-juvenil, criança(s) trabalhadora(s) e trabalho



precoce. Chegou-se, assim, a uma lista de 24 artigos⁴, que foram analisados a partir de categorias definidas a partir da articulação dos pressupostos teóricos, o problema da pesquisa e as características dos artigos. Em síntese, as principais categorias utilizadas foram: ano de publicação; tipo de produção bibliográfica; tipo de pesquisa; concepção de TIJ; posição em relação ao TIJ; causas e consequências do TIJ; faixa etária enfocada; variável sexo; variável cor/raça; variável escolaridade; tipo de atividade ou ocupação enfatizada; representação das famílias; posição dos pais frente ao TIJ; prognóstico de vida; utilização de estatísticas; espaço para a voz das crianças e dos adolescentes; posição deles frente ao TIJ; concepção de pobreza; principais referências; e estratégias de ação propostas.

Resultados e Discussão

A primeira constatação a ser destacada é que a produção acadêmica de artigos de psicólogos(as) sobre o tema TIJ no Brasil é recente: apenas um artigo foi publicado na década de 1980, apenas quatro na década de 1990 e os demais datam dos anos 2000 (79,2%). Duas observações se impõem. A primeira é a confirmação da defasagem temporal entre a publicação de artigos acadêmicos em Psicologia sobre o tema TIJ e sua evidência na mídia, conforme havia sido vislumbrado anteriormente, partindo de pesquisas de tipo “estado da arte”. Enquanto na produção de artigos acadêmicos de psicólogos(as) o pico das publicações ocorre em 2001, na mídia os picos, no jornal *Folha de S. Paulo*, ocorrem na década anterior. Tal defasagem temporal é rica em consequências e ponderações. Em primeiro lugar, ao invés da produção acadêmica de psicólogos(as) influenciar a produção midiática, é esta que teria tido eventualmente, a primazia: por ser posterior, a produção acadêmica de psicólogos(as) teria mais chance de ser impregnada pela produção midiática. Em segundo lugar, tal defasagem atesta a relativa morosidade da Psicologia no Brasil de envolver-se ou antecipar sua atenção a temas de mobilização social. Em terceiro lugar, que no momento de constituição da agenda do problema social TIJ no Brasil, a participação de psicólogos(as) enquanto pesquisadores(as) especialistas ou não ocorreu ou, se ocorreu, não o foi com sustentação em pesquisas divulgadas em artigos.

⁴ A lista dos artigos é apresentada na dissertação “O tema trabalho infanto-juvenil em artigos acadêmicos de psicólogos(as): uma interpretação ideológica”, disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp101172.pdf>.



A segunda observação destaca que tal defasagem temporal pode contribuir para a homogeneização das pesquisas tendo em vista o fato de que a quase totalidade dos artigos analisados é posterior à campanha pela erradicação do “trabalho infantil”.

A condenação ao “trabalho infantil” e a sustentação, por vezes implícita, de sua erradicação é, de fato, o que parece haver em comum na maior parte dos discursos acadêmicos aqui analisados. Em oposição, segundo Bonamino e colaboradoras (1993), pesquisas anteriores aos anos 1990⁵ mostram que os trabalhadores infanto-juvenis sentiam-se importantes por poderem contribuir com a renda familiar e a literatura jurídica preocupava-se com as condições de trabalho de crianças e adolescentes. Porém, quando se defende a erradicação do TIJ, faz-se pouca diferenciação quanto a formas e condições de trabalho, tema que, praticamente, desapareceu da bibliografia sobre a participação de crianças e adolescentes no mercado de trabalho. As condições de trabalho, geralmente, são abordadas nos artigos só quando os autores partem de exemplos extremos de explorações e condições precárias de trabalho para argumentar que o TIJ é sempre prejudicial às crianças e aos adolescentes.

É exatamente neste ponto que costumam incidir as maiores críticas dos movimentos organizados que envolvem crianças e adolescentes trabalhadores em relação às ações pela erradicação do trabalho infanto-juvenil: na prática, elas podem significar piora em suas condições de vida, porque ignoram a proteção legal por condições dignas de trabalho (THE INTERNATIONAL MOVEMENT OF WORKING CHILDREN, 1996).

Além das condições de trabalho, atributos fundamentais, como cor/raça, idade, sexo, tipo de atividade, região ou zona de realização do trabalho foram omitidos, por vezes, com alta incidência. A ausência de informações nos artigos sobre atributos tão importantes em pesquisas apoiadas em trabalho de campo aponta para uma faceta importante do tratamento dado à categoria “trabalho infantil” no *corpus*: sua reificação.

Deve-se notar também que, no conjunto, não foram encontrados artigos que tratem de trabalho de crianças e adolescentes dos setores médios, de ocupações de prestígio e “glamour”, como também observara Freitas (2004) no estudo sobre a mídia.

⁵ As autoras tratam de pesquisas brasileiras de diversas áreas, não apenas da Psicologia, e apresentadas em diversos veículos, não se restringindo aos artigos acadêmicos.



Outra omissão freqüente foi sobre informações sobre cuidados éticos tomados durante a realização da pesquisa (60%), mesmo naquelas que escutaram crianças, adolescentes e seus familiares. Parece que a pesquisa em Psicologia praticada no Brasil, mesmo nos anos recentes, ainda não incorporou, de modo generalizado, procedimentos éticos que vêm sendo sugeridos por pesquisadores nacionais (ROSEMBERG e ANDRADE, 1999) e internacionais (MANN e TOLFREY, 2003; CLACHERTY e DONALD, 2007) quando da escuta de crianças e adolescentes. Isto, ao que parece, se torna ainda mais grave, pois nem sempre os qualificativos atribuídos a crianças, adolescentes e seus familiares são neutros, podendo, por vezes, ser associados a estigmas de natureza moral (“marginalidade”, “famílias desorganizadas”, “delinquente” etc.). Quais crianças, adolescentes e familiares forneceram seu consentimento informado? Quais forneceriam tendo conhecimento sobre o eventual uso desses qualificativos?

Assim como Freitas (2004) e Rosenberg e Freitas (2002) observaram, aqui também foi possível apreender uma centralidade da ideia do TIJ como parte de um “ciclo vicioso”: diversos artigos constroem uma argumentação abolicionista partindo dessa perspectiva. É nesse sentido que podem ser compreendidos os dados relacionados ao prognóstico de vida aventado para as crianças e adolescentes trabalhadores: negativo em 70,8% dos artigos. O “ciclo vicioso” parece ter como combustível importante a ideia de que as crianças que trabalham não estudam e que o fracasso escolar está associado ao TIJ, mais do que ao próprio sistema educacional ou às desigualdades econômicas e educacionais constitutivas da sociedade brasileira.

Com uma argumentação tão generalizada, principalmente entre os que adotam a posição abolicionista, sobre a incompatibilidade entre escola e trabalho, era de se esperar que os artigos incluíssem informações sobre a escolaridade ou a freqüência à escola na caracterização dos trabalhadores infante-juvenis. No entanto, como dito anteriormente, um percentual expressivo deles não apresentou informações sobre isso.

A presença da voz de crianças e adolescentes trabalhadores foi expressiva nos artigos, tendo sido identificada em 70,8% deles. Quanto à posição de crianças e de adolescentes em relação aos seus trabalhos, a maior parte dos artigos relata como positiva e negativa ao mesmo tempo: em 43,7% dos artigos que apresentam a voz de crianças e adolescentes, sua posição



em relação ao trabalho é tida como favorável, apesar das restrições e, em 25%, como mista. Tais pesquisas corroboraram os resultados encontrados na literatura exterior ao *corpus* que costumam surpreender os pesquisadores: muitas crianças expressam gostar de trabalhar (MADEIRA, 1997; WOODHEAD, 1999).

Apesar de muitos autores terem ouvido crianças e adolescentes trabalhadores, o que à primeira vista poderia ser tido como indicação de que o lugar da criança e do adolescente estaria passando por mudanças visíveis no discurso acadêmico da Psicologia, é necessário considerar o tratamento dado nos artigos à voz das crianças e adolescentes. Na maior parte dos artigos, apesar de os trabalhadores infanto-juvenis serem ouvidos, sua “opinião”, quando não corrobora com a posição defendida no texto, é tida como “ideológica”, equivocada etc.

Segundo Woodhead (1999), ouvir o ponto de vista das crianças trabalhadoras oferece um antídoto para os discursos universalistas sobre normalidade, saúde e desenvolvimento. Observando os usos citados, acrescentamos que seria necessário proceder-se a uma exegese sobre os sentidos atribuídos ao termo ideologia em alguns dos textos do *corpus*: aparentemente a concepção de falsa consciência predomina. A verdadeira consciência proviria da interpretação oferecida nos artigos. A nosso ver, trata-se de ponto relevante e que necessitaria maior aprofundamento, talvez mesmo objeto de estudo específico: qual o uso que pesquisadores da Psicologia temos feito da fala de crianças, adolescentes e seus familiares, particularmente quando escutamos pessoas das camadas populares? Que recursos teóricos e éticos podem-nos auxiliar para investigar com respeito às pessoas e adequação acadêmica?

Paradoxalmente, apesar de menções frequentes à produção de Philippe Ariès sobre a história social da infância, ou de outros autores que adotam uma abordagem da construção social, a infância é representada, em vários artigos, como uma etapa natural e universal da vida humana. Natural, pois, a crítica à atividade de trabalhar é tida como independente do contexto social, da história de vida, dos desejos da criança, dos projetos da família. Nessa etapa, só a brincadeira e a escola teriam espaço – esta última não sendo reconhecida também como local de trabalho, o trabalho escolar infantil, forma de trabalho imanente ao atual sistema de produção (QVORTRUP, 2001). Experiências culturais e concepções de trabalho e de criança específicas são projetadas como parâmetros para todas as crianças. Na tensão universalismo *versus* relativismo cultural, os artigos que compõem o *corpus* parecem,



portanto, enfatizar a noção de infância universal. A ideia recorrente é que com o trabalho a infância pode ir embora e o desenvolvimento da criança ser inevitavelmente prejudicado.

Os artigos analisados apresentam, em geral, concepções coincidentes com a “perspectiva do mercado de trabalho”, mas aspectos da “perspectiva do capital humano” – como a noção de “ciclo vicioso” –, bem como a ênfase na dimensão moral, característica da “perspectiva da responsabilidade social”, são também observados. Pode-se, portanto, afirmar que a ênfase em discursos sobre trabalho e infância em artigos de psicólogos(as) brasileiros(as) não está nas crianças, nos adolescentes ou em suas necessidades, mas na atual estrutura do trabalho adulto, bem como, nos adultos que as crianças poderão se tornar um dia.

Referências

- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2002.
- BEST, Joel. *Social Problems*. New York: Norton and Company, 2007.
- BONAMINO, Alicia *et al.* Educação-trabalho: uma revisão da literatura brasileira das últimas décadas. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 84, p. 50-62, fev. 1993.
- CALAZANS, Gabriela Junqueira. *O discurso acadêmico sobre a gravidez na adolescência: uma produção ideológica*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, dissertação de mestrado, 2000.
- CLACHERTY, Glynis; DONALD, David. Child participation in research: reflections on ethical challenges in the southern African context. In: *African Journal of AIDS Research*, v. 6, n. 2, ago. 2007, p. 147-156.
- FERREIRA, Marcos Artemio Fischborn. Trabalho infantil e produção acadêmica nos anos 90: tópicos para reflexão. *Estudos de Psicologia*, Natal, n. 2, v. 6, 2001.
- FREITAS, Rosângela R. *O tema trabalho infanto-juvenil na mídia: uma interpretação ideológica*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, tese de doutorado em Psicologia Social, 2004.
- GATTI, Bernadete A. Implicações e Perspectivas da Pesquisa Educacional no Brasil Contemporâneo. *Cadernos de Pesquisa*, n. 113, p. 65-81, 2001.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

HILGARTNER, Stephen; BOSK, Charles L. The rise and fall of social problems: a public arenas model. *American Journal of Sociology*, v. 94, n. 1, p. 53-78, 1988.

JAMES, Allison; PROUT, Alan (orgs). *Constructing and reconstructing childhood: contemporary issues in the Sociological study of childhood*. New York: Routledge Falmer, 1997.

LAHIRE, Bernard. *L'invention de l'illettrisme: rhétorique publique éthique et stigmates*. Paris: La Découverte/Poche, 2005.

MADEIRA, Felícia R. A trajetória das meninas dos setores populares: escola, trabalho... ou reclusão. In: MADEIRA, Felícia R. *Quem mandou nascer mulher? Estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil*. Rio de Janeiro: Record/ Rosas dos Tempos, 1997.

MANN, Gillian; TOLFREY, David. *Children's participation in research: Reflections from the Care and Protection of Separated Children in Emergencies Project*. Suécia: Save the Children, 2003.

MOLLO-BOUVIER, Suzanne. Transformações dos modos de socialização das crianças: uma abordagem sociológica. *Educação e Sociedade*, v. 26, n. 91, p. 391-403, maio/ago. 2005.

MORAES, Rafael Vicente de. *A produção acadêmica sobre trabalho infantil: um olhar nos periódicos científicos brasileiros (1981-2004)*. Marília: Universidade Estadual de São Paulo, dissertação de mestrado em Ciências Sociais, 2007.

MYERS, William E. Can children's education and work be reconciled? *International Journal of Educational Policy, Research and Practice*, v. 2, n. 3, p. 307-330, out. 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

QVORTRUP, Jens. O trabalho escolar infantil tem valor? A colonização das crianças pelo trabalho escolar. In: CASTRO, Lúcia Rabello de (org.) *Crianças e jovens na construção da cultura*. Rio de Janeiro: NAU, 2001.

RIBEIRO, Rosa. A PNAD como instrumento de trabalho para o estudo de situação do menor no Brasil. In: *PNADs em focos: anos 80*. Nova Friburgo: ABEP, 1988.

ROSEMBERG, Fúlvia. Avaliação de programas, indicadores e projetos em educação infantil. *Revista Brasileira de Educação*, n. 16, p. 19-26, 2001.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

_____; ANDRADE, Leandro Feitosa. Ruthless rhetoric: child and youth prostitution in Brazil. *Childhood*, Londres, v. 6, n. 1, 1999.

_____; FREITAS, Rosângela R. Participação de crianças brasileiras na força de trabalho e educação. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 27, n. 1, p. 95-125, jan./jun. 2002.

WOODHEAD, Martin. Combatting child labour: listen to what the children say. *Childhood: A global journal of child research*, v.6, n. 1, p.27-49, 1999.

SCHNEIDER, Sergio. *Agricultura e trabalho infantil: uma apreciação crítica do estudo da OIT*. Porto Alegre: Instituto de Formação Sindical Irmão Miguel, Série Documentos, 1, 2005.

SCHWARTMAN, Simon; SCHWARTMAN, Felipe. *Tendências do trabalho infantil no Brasil entre 1992 e 2002*, Brasília: OIT, 2004.

SPINK, Peter. Análise de documentos de domínio público. In: SPINK, Mary Jane (org). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano*. São Paulo: Cortez, 1999 (p.123-151).

THE INTERNACIONAL MOVEMENT OF WORKING CHILDREN. *Kandapur Declaration*. Kandapur: 1996. Disponível em: <<http://www.workingchild.org/prota2.htm>>. Último acesso em 17 jul. 2008.

THOMPSON, Jonh B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. 6ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.